

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CRITÉRIOS PARA A IDENTIFICAÇÃO E GUARDA DOS PROCESSOS JUDICIAIS HISTÓRICOS*

GUNTER AXT**

Resumo

Nos últimos anos, têm crescido os esforços, tanto no plano da legislação quanto no administrativo e no acadêmico, no sentido do desenvolvimento de estratégias eficazes para o enfrentamento do problema relativo à gestão documental do Judiciário. Este artigo pretende apresentar sugestões quanto ao tratamento dos chamados “processos históricos”. Fundamentalmente, busca-se identificar a possibilidade de construir alternativas de gestão que garantam a preservação eficaz do patrimônio histórico ao mesmo tempo em que levem em consideração as premências de ordem administrativa enfrentadas pelo Poder Judiciário na contemporaneidade.

Abstract

Palavras-Chave

Processos históricos – Judiciário - arquivos judiciais

Key words

Apresentação

Ao se considerar a guarda e a preservação dos processos judiciais com “valor histórico” agregado, cabe, como indagação preliminar, saber em que medida incumbe ao Poder Judiciário a competência sobre a concepção e a execução de políticas arquivísticas próprias, tema que

* Artigo recebido em 15.01.2003.

** Doutor em História Social pela USP; coordenador do GT de História Política da Associação Nacional de Historiadores (ANPUH); consultor do Memorial do Judiciário do RS e do Memorial do Ministério Público do RS.

precisa ser compreendido tanto à luz da legislação vigente, quanto na perspectiva da conveniência administrativa, bem como social. Assim sendo, na primeira parte deste artigo veremos como a legislação corrente tem regulado este campo de atividade. Em seguida, trataremos do sentido sócio-político que encerram os documentos e os arquivos judiciais, intentando avaliar o interesse destes arquivos para o conjunto da sociedade. Na terceira parte, abordaremos aspectos da metodologia tradicional sugerida pela arquivologia para o tratamento científico das tarefas de identificação e conservação da documentação de preservação permanente, bem como procuraremos acompanhar, com base nas informações disponíveis, aspectos das experiências neste campo reunidas pela Justiça Federal, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Competência do Judiciário na gestão documental

Nos termos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, diploma, este, nacionalmente aceito como o ordenador máximo da matéria, ao Poder Público em geral é atribuída a responsabilidade pela gestão documental e proteção especial de documentos em arquivos, particularmente daqueles corpos documentais produzidos pelos órgãos públicos. Ao estabelecer sobre os critérios para a eliminação de documentos desses órgãos, e, portanto, para a preservação dos chamados processos históricos, em seu artigo nono a Lei comete à “*instituição arquivística pública*”, na sua área de competência, a responsabilidade para a elaboração desses critérios e para a autorização de eventual eliminação de documentos.

Ora, as “*instituições arquivísticas públicas*” são os órgãos do Poder Público designados em lei para a gestão documental em cada jurisdição, como trata o artigo 17º da referida Lei, sendo elas responsáveis pela aprovação de tabelas de temporalidades. Em respeito à autonomia federativa e local, a Lei não dispõe sobre a organização dos arquivos estaduais e municipais. Porém, no artigo 20º, ao tratar dos arquivos judiciais da jurisdição federal, a Lei confere aos mesmos status de “*instituição arquivística pública*”, garantindo autonomia ao Poder Judiciário para a implementação de políticas arquivísticas, desde que respeitadas os termos da Lei e as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Conarq – Conselho Nacional de Arquivos. Assim sendo, parece prevalecer o entendimento de que esta fórmula possa ser derivada para os Estados.

O Decreto Federal nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997, fixou, ainda, diretrizes para concepção e aplicação das normas para acesso a documentos considerados sigilosos, determinando a todos os órgãos públicos a instalação de Comissões Permanentes de Acesso: *“as comissões deverão analisar, periodicamente, os documentos sigilosos sob custódia, submetendo-os à autoridade responsável pela classificação, a qual, no prazo regulamentar, efetuará, se for o caso, a desclassificação”*. Estão nesse rol, certamente, os processos judiciais, vez que envolvem, muitas vezes, informações de caráter privado relativas a pessoas físicas e jurídicas. O Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, suspendeu parcialmente a validade do Decreto nº 2.134, estendendo o prazo de vedação à consulta dos documentos considerados sigilosos de 30 para 50 anos e esvaziando a importância das Comissões Permanentes de Acesso. Todavia, o Projeto de Decreto Legislativo nº 11/03, de autoria da Deputada Federal Alice Portugal (PC do B-BA), que tramita na CCJ da Câmara Federal, pretende a restituição das normas aplicadas pelo Decreto 2.134. O PDL amplia o papel das Comissões Permanentes de Acesso, atribuindo-lhes o cuidado pelo *“acesso pleno aos documentos públicos”*.

A forma como estes temas vêm sendo interpretados pode ser captada nos anais do XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia, promovido pela AAB – Associação Brasileira de Arquivistas – em outubro de 2000, na cidade de Salvador (BA). Na oportunidade, estabeleceu-se uma lista de recomendações, dentre as quais podemos destacar como as de maior interesse para o Poder Judiciário:

- “(...) Que sejam implementadas políticas para assegurar notadamente a conservação e a preservação do patrimônio documental do Poder Judiciário.
- Que os Tribunais empreendam esforços para viabilizar a criação de mecanismos que possam oferecer soluções eficazes para o tratamento técnico da sua documentação, através de um Programa de Gestão Documental, abrangendo a elaboração de um Plano de Classificação e de uma Tabela de Temporalidade.
- Que as autoridades do Poder Judiciário, através das Assessorias Parlamentares ou responsáveis diretos, viabilizem junto ao Congresso Nacional a aprovação do Projeto de Lei 2.161/91 que dispõe sobre a eliminação de processos judiciais.
- Que sejam criadas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos em cada instituição do Poder Judiciário.

- Que sejam empreendidos estudos para subsidiar a regulamentação do uso, armazenamento e controle da documentação eletrônica do Poder Judiciário.”
(http://www.aab.org.br/quadro_sublinks.htm)

Impende registrar que, atualmente, prevalece o entendimento entre juristas e arquivistas segundo o qual a não promulgação do Projeto de Lei 2.161/91, que tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional, não pode servir de impedimento para o desenvolvimento de tabelas de temporalidade pelos Judiciários Federal e Estaduais, nem tampouco bloqueia o início dos trabalhos de eliminação dos autos, vez que a Lei 8.159/91, como ficou demonstrado acima, trata dos arquivos judiciais, considerando-os “*instituições arquivísticas públicas*”. Outrossim, a Lei nº 6.246/75, de 7 de outubro de 1975¹, que suspendeu a vigência do art. nº 1.215 do CPC², referiu que tal suspensão vigoraria “*até que lei especial discipline a matéria nele contida*”, o que parece ter sido atendido pela Lei 8.159/91 (Sordi & Marques, 2003; Facchini Neto, 2003; Tedesco, 2003: 303-7).

Na esfera federal, têm surgido importantes iniciativas para o enfrentamento do problema arquivístico. Um trabalho integrado entre o Conselho da Justiça Federal e os cinco TRFs deu origem à Resolução nº 217, de 22 de dezembro de 1999, que disciplina e instituiu o Programa de Gestão de Documentos da Administração Judiciária Federal de 1º e 2º Graus (Brandão, 2001). Em São Paulo, por exemplo, para executar tais diretrizes a Seção Judiciária contratou a Associação dos Arquivistas do Estado para proceder ao tratamento especializado de 500 mil feitos, formando um arquivo histórico próprio e um arquivo corrente (Villar, 2001).

¹ Lei nº 6.246, de 7 de outubro de 1975, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica suspensa a vigência do artigo 1.215 do Código de processo Civil até que lei especial discipline a matéria nele contida.

² “Art. 1.215. Os autos poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, findo o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do arquivamento, publicando-se previamente no órgão oficial e em jornal local, onde houver, aviso aos interessados, com o prazo de 30 (trinta) dias. *(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)*

§ 1º É lícito, porém, às partes e interessados requerer, às suas expensas, o desentranhamento dos documentos que juntaram aos autos, ou a microfilmagem total ou parcial do feito. *(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)*

§ 2º Se, a juízo da autoridade competente, houver, nos autos, documentos de valor histórico, serão eles recolhidos ao Arquivo Público. *(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973)*

Por sua vez, as soluções aplicadas na jurisdição comum nem sempre têm primado pela clareza jurídica e pela objetividade administrativa. Num extremo, pelo menos seis diferentes Estados da Federação (TO, RR, RO, AP, GO e MS) sequer possuem legislação arquivística específica. Em outro pólo, verificamos que na Bahia a documentação judicial é custodiada pelo Arquivo Público Estadual, gerido pelo Poder Executivo, e, no Sergipe, criou-se um Arquivo Público do Poder Judiciário (Gomes, 2003).

Breve histórico da política para arquivos judiciais no RS

No Rio Grande do Sul, o tratamento das fontes judiciais não vinha recebendo abordagem sistemática até a bem pouco tempo. No passado, determinou-se o envio de toda a documentação de caráter judicial ao Arquivo Público do Estado, instituição, esta, vinculada à Secretaria Estadual da Administração, que, se estima, abriga mais de seis milhões de documentos judiciais, produzidos, sobretudo, entre o Século XVII e a década de 1950 do Século XX. Cabe, todavia, ressaltar que o Arquivo Público não recebeu a totalidade da documentação judicial produzida durante esta quadra. Com efeito, também o Arquivo Histórico do Estado, vinculado à Secretaria Estadual da Cultura, abriga importantes fontes documentais, tais como os relatórios da Presidência do Tribunal de Justiça anteriores a 1930, correspondências de juízes com o Presidente da Província no Império e, até, processos. Além disso, nem toda a documentação de primeira instância seguiu para a Capital, permanecendo fragmentos, por vezes consideráveis, nos fóruns. Esta documentação residual foi parcialmente extraviada, ou se encontra distribuída pelos arquivos dos fóruns e pelos arquivos municipais, sendo este, por exemplo, o caso do Arquivo Municipal de Santa Maria, que reúne processos iniciados no Século XIX. Já a Comarca de Santo Antônio da Patrulha, por sua vez, entendeu de enviar este acervo residual, que monta cerca de 2.000 processos, para o Memorial do Judiciário, cuja equipe vem atualmente trabalhando da higienização e identificação do acervo.

Da década de 1950 em diante, muito embora existam ainda alguns processos mais recentes guardados no Arquivo Público, os processos judiciais deixaram de ser enviados ao Arquivo Público do Estado, sob o aparente argumento de que a capacidade de armazenagem desta instituição esgotara-se. Destarte, a documentação judicial passou a ser acomodada, via de regra, nos fóruns. Se esta fórmula conseguiu garantir a preservação da documentação, trouxe, por outro lado, o grave inconveniente de sobrecarregar as administrações dos fóruns,

consumindo recursos humanos e financeiros e ocupando espaço físico que poderiam estar sendo direcionados para a prestação jurisdicional, aliás, cada vez mais demandada pela sociedade. Além disso, este acervo jamais recebeu um tratamento arquivístico tecnicamente apropriado, sendo, na prática, em geral acomodado de forma improvisada, quando não, precária³.

Este drama não é apanágio exclusivo do Judiciário. Especialistas diagnosticam que, no Brasil, de um modo geral, o Poder Público guarda, de forma irracional, *“imensa quantidade de documentos em todos os suportes, em sua maioria, sem avaliação, classificação, descrição”*, constringendo o acesso do cidadão a este acervo, bem como a preservação do mesmo. Segundo o Dr. Luiz Carlos Lopes, da Universidade Federal Fluminense, *“ainda é fácil encontrarem-se casos de imensos acervos sem tratamento, eliminações sem qualquer critério, trabalhos de classificação e de descrição mal-feitos, pessoal sem formação adequada, etc.”*. E sublinha: sequer *“sabemos o custo da guarda dessas massas documentais”* (Lopes, 2002: 179).

Diante do impasse, a Alta Administração do Poder Judiciário passou a se preocupar diretamente com o assunto. Por meio da Resolução nº 231, de 7 de outubro de 1997, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, dispôs sobre a criação

³ Um diagnóstico de 1996 descreveu a situação dos arquivos judiciais da jurisdição federal, que pode, em grande medida, ser considerada análoga à existente na jurisdição comum do Rio Grande do Sul:

- a) Inexistência do Arquivo como unidade administrativa. Em muitos casos, os documentos administrativos e autos findos são arquivados nas Varas, acarretando uma crescente necessidade de ampliação do espaço físico e, conseqüentemente, da construção de novos prédios;
- b) Espaços físicos inadequados, insuficientes, com problemas de infiltração, rachaduras, falta de resistência da estrutura, mofo, umidade, iluminação insuficiente, exposição ao sol, ao calor, ventilação inadequada, equipamentos de segurança contra incêndios inadequados a depósito de papéis, fiação elétrica exposta, falta de higienização e limpeza adequadas, presença de agentes poluentes e a existência de até 13 depósitos de documentos em diferentes locais em uma mesma cidade sede de Seção Judiciária;
- c) Falta de recursos humanos em número e em qualificação;
- d) Falta de recursos materiais: sistemas automatizados, estantes, caixas-arquivo, computadores, impressoras, mesas e outros mobiliários;
- e) Falta de equipamentos de proteção (luvas, máscaras, jalecos) e ocorrência de doenças adquiridas em função do trabalho (alergias respiratórias e de pele) devidamente comprovadas pelos serviços médicos das instituições;
- f) Falta de normas, manuais, sistemas automatizados e instrumentos de gestão documental, planos de classificação de documentos, guias de transferência de autos findos das Varas para os Arquivos, métodos de recuperação dos documentos, critérios de eliminação de documentos. 19,4% dos arquivos já haviam eliminado documentos e outros 29% não souberam informar. (Sordi & Marques, 2003)

do Arquivo Ótico e de Processo do Poder Judiciário, objetivando a paulatina substituição de todos os arquivos judiciais por um único arquivo centralizado, bem como a implantação de um sistema de arquivamento ótico, por meio magnético digital, dos processos judiciais e de natureza administrativa. A Resolução pretendeu, ainda, o descarte dos processos judiciais findos há mais de cinco anos, depois de serem os mesmos escaneados, bem como o descarte de certos processos cíveis e criminais, sem exigência de digitalização, tais como habeas-corpus, embargos diversos, agravos de instrumento, ações cautelares, processos tramitados nos juizados especiais cíveis, etc.

A implementação da Resolução, entretanto, não foi automática. Em 2002, a Presidência do Tribunal convocou a Comissão de Seleção e Avaliação de Processos, pelo Expediente 7202-0300/02-3, designando um Juiz-Corregedor para presidi-la. Em 21 de março de 2003, a Comissão concluiu seus trabalhos preliminares, encaminhando relatório à Presidência do Tribunal de Justiça para subsidiar a formatação de uma tabela de temporalidade. Em julho de 2003, iniciou-se a transferência dos processos do Interior do Estado para o novo e moderno prédio construído pelo Poder Judiciário para abrigar a sede do Arquivo Ótico na Capital. Não teve início, entretanto, o trabalho de eliminação de processos findos, pois não apenas não foi aprovada a tabela de temporalidade do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul por legislação competente, como ainda não se foi capaz de definir os critérios de identificação dos processos chamados históricos e destinados à preservação permanente.

Dimensão social dos arquivos judiciais: o poder dos arquivos e bibliotecas

Afinal, o que é um arquivo histórico judicial? Trata-se de órgão e serviço meramente administrativos ou encerra algum alcance social e político? É possível mapear, separar e preservar uma documentação judicial chamada histórica de outra considerada não-histórica?

Arquivos e bibliotecas são instituições que reúnem livros e documentos, que condensam o vivido e constituem uma janela de cognição à disposição de um corpo social. Ao preservar a cultura escrita, estes órgãos transcendem a materialidade do conteúdo encerrado nas páginas manuscritas e impressas para afirmarem-se como espaço de conservação e reprodução do patrimônio intelectual de uma instituição, ou de um povo, enfim, como lugares de memória (Nora, 1993). Neles, processa-se uma *“alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura,*

da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento” (Baratin & Jacob, 2000: 9).

Ora, arquivos e bibliotecas são construtos históricos. Formam-se como resultado de uma política – ou da falta dela – de coleção, de sistematização e de divulgação dos documentos. Portanto, são sempre o resultado de uma seleção, que pode ser mais ou menos eficaz para as gerações futuras, mais ou menos consciente para as gerações presentes. É por isso que se diz que todo arquivo ou biblioteca *“dissimula uma concepção implícita de cultura, do saber e da memória”* alimentada por um tempo, por uma sociedade, por uma instituição. A história de um arquivo ou de uma biblioteca é indissociável da história da cultura e do pensamento de uma sociedade, não só como lugar de memória no qual as gerações passadas depositaram seletivamente estratos de sua experiência vivida, mas também como *“espaço dialético no qual (...) se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável”* (Baratin & Jacob, 2000: 11).

Conforme registra Jaques Le Goff (1990), a todo ato de lembrar corresponde um ato de esquecer. O investimento na guarda de um documento pode estar determinando a exclusão de outro. A forma com que as instituições arquivísticas organizam e disponibilizam o seu acervo pode contribuir para guiar o olhar do consulente e do pesquisador, que mais tarde irá trabalhar a construção de interpretações sobre o vivido, a formulação de identidades. A memória coletiva é sempre seletiva, é produto de uma construção política animada pelo influxo de forças sociais organizadas.

Assim, o poder dos arquivos e bibliotecas não se situa apenas no campo das palavras e dos conceitos. Como demonstram os historiadores Anthony Grafton e Roger Chartier, o domínio sobre a memória escrita e sobre a acumulação de livros e documentos possui sentidos políticos. Representa o signo e o instrumento de poder, por exemplo, da Igreja, dos monarcas, da aristocracia, da nação, da república; poder econômico de quem dispõe de recursos necessários para comprar, acumular e conservar um acervo documental, poder intelectual sobre os intelectuais (Baratin & Jacob, 2000: 169-199).

Quando os britânicos invadiram a cidade de Washington, em 1814, destruíram e queimaram a incipiente biblioteca do Capitólio, desferindo um golpe certo sobre a tentativa de construção da identidade nacional do país que então nascia. A perda causou tamanho trauma que Thomas Jefferson ofereceu a sua biblioteca particular, então com pouco mais de

6.000 volumes, para que a coleção do Congresso Nacional fosse reiniciada. A Biblioteca do Congresso resiste até hoje como materialização da memória e da identidade dos Estados Unidos da América (Darnton, 2003: 10). Como demonstra Luciano Canfora em estudo sobre a mítica biblioteca de Alexandria, a perda dos livros significou a perda de civilizações (Baratin & Jacob, 2000: 234-245). Aniquilar o passado e começar uma nova sociedade a partir do que o Khmer Vermelho chamou de “ano zero” foram exatamente os objetivos do Exército de Pol Pot quando destruiu a Biblioteca Nacional de Phnom Pehn, no Camboja, dando origem a um dos mais obscuros e sanguinários regimes políticos da nossa era (Darnton, 2003: 11).

Em 1755, um terremoto e um maremoto arrasaram a Capital do reino de Portugal, Lisboa, destruindo a Biblioteca Real, cuja reconstrução esteve entre as prioridades do Marquês de Pombal. Quando a família real portuguesa veio para o Brasil, em 1808, fugindo das invasões napoleônicas, dentre os seus tesouros trouxe consigo também o arquivo e a biblioteca, os quais deram hoje origem ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional do Brasil. Quando o Brasil cortou o cordão umbilical com a Coroa Portuguesa, Dom Pedro I recebeu um pedido de indenização a propósito do patrimônio deixado por Portugal na ex-Colônia, de cujo total, a impressionante porcentagem de 12% correspondia ao acervo literário, indicando o quanto o Arquivo e a Biblioteca eram valorizados, tanto pela Metrópole, quanto pelo governo do novo País independente, que não exitou em bater o martelo (Schwarcz, 2002).

Livros e documentos, portanto, quando reunidos em lugares de memória, potencializam um sentido simbólico, porquanto operam como lugares formadores de identidades (Bosi, 1994: 59) – e não há soberania institucional ou nacional sem um sólido complexo de identidades como substrato cultural de qualquer formação social (Axt, 2002). Se não há democracia real sem liberdade de expressão e pensamento, para que estas se afirmem, sem dúvida nenhuma, devemos procurar garantir no presente a democratização aos meios de acesso à informação. Para que o pensamento de uma sociedade não seja estanque e possa sempre estar pronto para enfrentar as surpresas do devir, a memória coletiva tem de ser um campo simbólico sempre passível de sofrer criticidade, de sofrer reformulações: a memória de sociedades democráticas é um campo cultural em processo constante de transformação e re-significação.

Para os historiadores, os arquivos reúnem, ainda que de forma imperfeita e parcial, fragmentos por meio dos quais podemos acessar mundos e experiências humanas perdidas,

cuja reconstituição pode ser essencial para o estabelecimento de referenciais identitários. Mas os documentos não falam por si só. Cada historiador, ao compulsar um corpo documental, organiza e elabora séries documentais, sistematizando dados e construindo sentidos analíticos e interpretativos conforme suas perguntas. Ora, como já registrou o filósofo italiano Benedetto Croce, as perguntas formuladas pelos historiadores são invariavelmente influenciadas e determinadas pelas experiências individuais e coletivas que lhe são contemporâneas. Portanto, por esta lógica presume-se que um estudo, por exemplo, sobre a evolução da propriedade fundiária somente será alvo de interesse quando a questão agrária converter-se em problema social, político e econômico de uma determinada sociedade, e assim por diante.

As fontes judiciais, produzidas pelo Poder Judiciário e pelos operadores do Direito, cada vez mais vêm sendo objeto de interesse dos historiadores, no Brasil e no mundo. Dois são os vetores que explicam esta tendência: de um lado, cresce o interesse da sociedade em conhecer o funcionamento do Poder Judiciário, de outro percebem os estudiosos que os processos judiciais encerram um feixe profícuo de informações sobre as relações sociais e de poder de tempos passados.

Até a bem pouco tempo, a História Nacional vinha sendo contada, sobretudo, da perspectiva do encadeamento de eventos e fatos, que tinham como protagonista o Poder Executivo, a ação de seus integrantes e sua arquitetura institucional. Esta cultura historiográfica foi caudatária de uma concepção específica de poder, que sempre se estribou na apologia do presidencialismo forte e voluntarista, freqüentemente sobreposto às demais instâncias de poder. Aqui, o Estado, ao invés de ser entendido como uma das agências de poder na sociedade sobre a qual incide a pluralidade da cidadania, era caracterizado como um veículo funcional, cuja prática seria ou providencial ou retrógrada, dependendo da perspectiva ideológica do analista (Axt, 2002).

As transformações que agitaram a sociedade brasileira nos últimos 20 anos trouxeram em seu bojo uma conhecida reengenharia constitucional. Os Poderes Legislativo e Judiciário foram convocados a assumir e a desempenhar um novo papel no processo político e na determinação dos rumos escolhidos pela Nação. Paralelamente, cresceu o interesse da historiografia pela manipulação de novos corpos documentais e pela construção de novas abordagens. Temas como problemas sociais, cultura política e formas de expressão da cidadania ganharam destaque (Axt, 2002).

Aos poucos, esta análise vem convergindo para as organizações sociais não governamentais, para os movimentos sociais, para a ação dos partidos políticos e para a conformação do Parlamento e da Justiça. No início, algumas teses acadêmicas passaram a compulsar os anais do Legislativo bem como processos judiciais, na condição de fontes para enriquecer o tratamento dado à pesquisa. Em seguida, começaram a surgir os primeiros trabalhos exclusivamente dedicados a estes personagens institucionais (Axt, 2002). Com efeito, *“uma instituição como a Justiça, pela amplitude de seu poder de intervenção na ordem social, é capaz de espelhar, de maneira indireta, boa parte das características dessa mesma sociedade, daí o interesse dos historiadores na consulta da documentação por ela produzida”* (Camargo, 2003: 329).

Portanto, as fontes judiciais, além de permitir o acesso a uma nova perspectiva do Estado, o que é fundamental para o fortalecimento da democracia e para o estímulo construtivo à harmonização entre os Poderes, têm servido para reconstituir e re-significar uma experiência social, não apenas perdida, mas, também, muitas vezes, deliberadamente ocultada por uma memória coletiva politicamente construída, geralmente elitista, excludente e comprometida com os esquemas de dominação.

Para citar, neste sentido, apenas um exemplo recente, bastante próximo da realidade sul-rio-grandense, merece registro o trabalho do historiador norte-americano John Chasteen, que se valeu recentemente das fontes judiciais produzidas no Brasil do Século XIX para reconstituir aspectos fundamentais dos hábitos culturais e cotidianos dos habitantes da região fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, contribuindo sobremaneira para o esforço de caracterização e de entendimento da identidade característica do gaúcho. A sua opção metodológica encontra explicação, em grande parte, no fato de o sistema judicial brasileiro, mais organizado do que o dos demais países latino-americanos nesta época, era das poucas instituições estatais que chagavam ao campo (Chasteen, 2001: 76).

Ora, quem poderia imaginar, nos remotos anos de 1870, que simples processos de cidadãos anônimos guardados durante décadas por zelosos funcionários do Judiciário, poderiam se converter, mais de cem anos depois, em fonte tão rica para o estudo da alma do povo gaúcho?

Com efeito, como destaca Ana Maria Camargo,

“os historiadores que se valeram dos processos judiciais, neles encontraram informações que não foram previstas pelas instituições produtoras da documentação. É o caso de trabalhos clássicos da História da Cultura, que utilizam os processos-crime para caracterizar idéias, valores e comportamentos de toda uma sociedade. Em lugar do crime, razão pela qual foram elaborados os processos, são outros os fatores que, de forma espontânea, transparecem nos autos. Vale lembrar, entre nós, o livro de Maria Sílvia de Carvalho Franco sobre homens livres na ordem escravocrata, baseados em processos criminais da Comarca de Guaratinguetá, SP. Trata-se de importante exemplo da utilização dessa fonte para o estudo, não do crime, mas das relações comunitárias.” (Camargo, 2003: 329)

Ou seja, quando o documento perde o seu valor corrente e administrativo, quando ele se distancia do objeto para o qual foi produzido originalmente, ele ganhará um novo valor, cujo sentido é estabelecido pelo historiador a partir das perguntas norteadoras de sua pesquisa. Assim, um documento histórico, para o historiador, não tem um sentido em si, um valor intrínseco, pois é o próprio historiador, no exercício do seu *métier*, que poderá conferir sentido ao documento. E este sentido é cambiante, variando de um historiador para outro, de uma época para outra, pois cada pesquisador carrega a sua pergunta sobre o passado.

Enquanto os historiadores podem transformar qualquer coisa em documento, para efeitos de investigação científica – como, por exemplo, inscrições em paredes feitas por “pichadores” urbanos para demarcar territórios de gangues que podem converter-se em prova documental de determinados comportamentos sociais –, os arquivos não resultam dessa atribuição de sentido própria do *métier* do historiador. Pelo contrário, “*os arquivos têm uma função documental congênita em relação à entidade ou organização que lhes deu origem*”. Se os documentos preservados em um arquivo, pela sua própria natureza e constituição, são autênticos, isso não significa, também, que o seu conteúdo seja verdadeiro. O historiador, mesmo reconhecendo a impossibilidade de atingir a verdade absoluta sobre um determinado objeto, tem a veracidade como horizonte ético, o que, aliás, o aproxima do Juiz (Camargo, 2003: 330).

A própria validação do documento como testemunho fiel de uma época ou de um objeto histórico qualquer se faz de forma relacional, isto é, o valor comprobatório dos documentos históricos pode ser extraído da formação de séries históricas por parte de historiadores com credibilidade científica, mas dificilmente pode ser captado em um único documento isolado. Este é o motivo, aliás, pelo qual os bons historiadores procuram sempre

investigar o contexto de produção do documento histórico bem como o contexto de preservação do conjunto no qual o mesmo se insere institucionalmente. Esta tarefa, naturalmente, torna-se mais fácil quando o historiador dispõe para suas investigações de arquivos bem organizados e indexados e cuja unidade temática não foi mutilada pela ação do tempo ou dos homens (Camargo, 2001: 7-8).

Assim, podemos dizer que depois de os documentos perderem o interesse propriamente administrativo e corrente, os arquivos tornam-se alvo de um interesse acadêmico e historiográfico, quando o objeto é especulativo, o sujeito é um pesquisador científico e o resultado é reflexivo (Bellotto, 2002: 171). Os nexos produzidos pelo cientista vão ajudar a significar identidades coletivas, as quais, pela sua natureza, constituem-se em patrimônio cultural de uma sociedade. Eis porque parece lícito sugerir que os arquivos possuem também um uso difuso, altamente impactante do ponto de vista social.

Além disso, como registra com pertinência Heloísa Bellotto, professora da USP e especialista em gestão de arquivos, os acervos documentais também podem ser objeto de um uso popular e individual. Nesse caso, o foco de interesse é informativo e o sujeito que visita o arquivo é o cidadão comum que persegue ali dados informativos ou comprobatórios de seus direitos e deveres. Foi com a Revolução Francesa que as populações começaram a ter acesso aos arquivos públicos, indicando que há uma relação estreita entre a disponibilização da informação e o fortalecimento da cidadania. No Brasil, o *habeas data* consolidado na Constituição de 1988 e expresso, também, na Lei nº 8.159/91, garante a todo cidadão acesso a documentos ou bancos de dados que lhe digam respeito (Bellotto, 2002: 169).

Um exemplo bastante palpável do impacto desta Lei para a construção do conhecimento e para a afirmação da cidadania no Brasil pode ser captado junto ao livro de Carlos Fico, professor da UFRJ, intitulado *“Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política”*. Foi graças à Lei nº 8.159 que o historiador solicitou formalmente acesso ao arquivo sigiloso da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, sob guarda do Arquivo Nacional, conseguindo, a partir desta base documental, construir uma valiosa narrativa sobre a organização e os procedimentos da polícia política durante a ditadura militar no Brasil (Fico, 2001: 25).

Em síntese, quando nos remetemos a uma instituição arquivística qualquer, não pode haver equívoco maior do que considerá-la tão somente pelo prisma administrativo – embora

seja o mesmo importantíssimo –, pois os arquivos encerram uma poderosa dimensão social, exprimem paradigmas simbólicos e representam relações de poder, explícitas e implícitas. A propósito da submissão da lógica administrativa ao interesse social, como sabem os estudiosos, o filósofo alemão Max Weber tinha por referencial sempre inquirir qualquer política pública com a pergunta: que Homem queremos construir no futuro com este investimento, com este gasto? De fato, parece que toda a institucionalização democrática ocidental contemporânea pretende, pelo menos conceitualmente, assentar-se sobre esta inspiração. De forma que, ao pensarmos ou desprezarmos uma política arquivística, precisamos ter em mente que estaremos legando às gerações futuras o entendimento hodierno e embalado por uma fração de classe específica do que é memória e do que merece ser lembrado, o que, certamente, constrangerá o alcance cognitivo daqueles que virão sobre o seu próprio passado e poderá limitar a compreensão das perspectivas e dos impasses do presente no futuro.

Eis porque para um historiador é, a priori, impossível – assim como para um juiz é impossível afirmar que um processo que envolve somas de 10 milhões de reais é mais importante do que aquele que representa disputas em torno de 10 reais – determinar níveis de historicidade para os documentos. O historiador com consciência apurada da sua responsabilidade ética sabe que – assim como o juiz não pode decidir que um cidadão tem mais direito de acessar a Justiça que outro – não pode decidir quais as práticas sociais, quais os cidadãos, quais as instituições que serão lembrados e quais deverão ser esquecidos. O historiador consciente de suas responsabilidades éticas, tal qual o juiz que precisa ouvir todas as partes antes de prolatar uma sentença, sabe que precisa auscultar todos os interlocutores sociais, captar todas as representações possíveis, antes de propor à sociedade uma interpretação sobre um determinado fato e, destarte, tem perfeitamente presente que o que pode ser uma interpretação cientificamente aceita nos dias de hoje, pode não mais sê-lo no futuro, quando as pessoas poderão descobrir novas fontes, inquirir os documentos de outras maneiras, sempre à luz das questões que forem mais pertinentes aos dramas próprios de suas identidades coletivas.

Portanto, a questão que se afigura neste momento é: como agentes de democracia, qual o direito que temos de legar aos pósteros uma memória seletiva do nosso presente? Quais os prejuízos intrínsecos a uma opção como esta para o enfrentamento dos impasses que o futuro trará aos nossos filhos e netos? Existem fatores que devem nos estimular a operar intervenções

seletivas nos esquemas de preservação da memória? Quais são eles, como justificá-los teoricamente e como executá-los metodologicamente sem ofender o interesse público e sem prejudicar a legalidade, a coerência conceitual e a memória orgânica de uma instituição?

Definindo conceitos e conhecendo estratégias de gestão

Constatamos que a concepção e a implantação de políticas de gestão documental por parte do Poder Judiciário é um requisito legal, uma prerrogativa garantida por lei e uma necessidade administrativa. Mas, para além do formalismo jurídico e da urgência administrativa, uma política eficaz de gestão documental, como vimos, é um instrumento de reforço da soberania institucional, de fortalecimento do regime democrático e da cidadania, encerrando, portanto, uma dimensão sócio-política que interessa ao conjunto da sociedade, pois, se conduzida equivocadamente, esta política pode comprometer estes termos. Verificou-se, além disso, que o campo de conhecimento científico compreendido pela historiografia e pelo saber histórico é incapaz de atribuir “valor histórico” a um documento, pois o historiador confere sentido aos documentos de acordo com a sua proposta de composição de séries documentais e conforme suas questões analíticas, as quais mudam conforme os tempos, sendo, inevitavelmente, influenciadas pelos impasses e idiosincrasias da cultura do presente.

Sendo assim, a sociedade sentiu necessidade de desenvolver um saber técnico especializado para pensar as estratégias de gestão documental. O primeiro curso superior de arquivologia foi implantado no Brasil em 1974 e, em 4 de julho de 1978, foi sancionada a Lei nº 6.546, regulamentada em seguida pelo Decreto nº 82.590/78, que dispõem sobre as profissões de técnico de arquivos e arquivista (Paes, 1991: 19).

Dentre outras coisas, os dois diplomas supracitados determinam que toda instituição arquivística deverá ser dirigida por arquivista competente, o qual somente poderá ser substituído por um profissional da área da biblioteconomia naquelas regiões e estados da Federação onde não houver cursos superiores de arquivologia. No Rio Grande do Sul, funciona na Universidade Federal de Santa Maria um dos mais antigos cursos do gênero do País. Recentemente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul instituiu, também, um curso superior em arquivologia.

O termo “arquivo” parece ter surgido na antiga Grécia, com a denominação de *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados, daí evoluindo para *archeion*, local de guarda e depósito de

documentos legais. A moderna ciência arquivística ampliou e classificou o conceito. Entende-se serem funções básicas do arquivo a guarda e a conservação de documentos com alguma organicidade conceitual e origem comum, visando a sua utilização para fins administrativos e históricos. Jean-Jacques Valette (1973), inspirado em Schellemborg, norte-americano considerado pai da moderna arquivologia, propôs três idades para os arquivos, numa classificação hoje universalmente aceita: corrente, intermediária e permanente. Arquivos correntes são aqueles que reúnem a documentação de uso contemporâneo. Arquivos intermediários são aqueles que abrigam a documentação que já não é mais de uso cotidiano, mas pode ainda vir a ser consultada para fins administrativos. A permanência dos documentos nestes arquivos é essencialmente transitória. Finalmente, os arquivos permanentes, ou de terceira idade, preservam a documentação que perdeu todo valor de natureza administrativa, mas que deve ser conservada em razão do seu interesse histórico, constituindo o meio de conhecer o passado e a evolução da cultura de uma instituição ou da sociedade. Recomenda-se que haja separação espacial entre os arquivos de três idades, ou seja, ainda que abrigados no mesmo prédio, devem os mesmos ocupar espaços diferenciados (Paes, 1991: 4-6).

Os arquivos de uma instituição podem ser centralizados ou descentralizados. Os arquivistas são cautelosos em apoiar modelos descentralizados, enfatizando que esta opção deve ser rigorosamente técnica e deve levar em consideração os hábitos de pesquisa e as rotinas administrativas da instituição. Além da descentralização física dos arquivos, também é possível descentralizar o serviço de protocolo dos documentos, repassando esta atribuição às unidades descentralizadas, o que deve ser tratado com prudência ainda maior, pois, ainda que possa ser implantada em instituições cuja política de gestão goza maturidade, pode também ser fonte de graves prejuízos (Paes, 1991: 16).

Todavia, impende registrar que arquivos descentralizados estão mais próximos das comunidades que produziram os documentos e, portanto, podem ser objeto de consultas mais freqüentes e podem se prestar mais a fins e usos didáticos do que arquivos centralizados, aspecto que vem sendo progressivamente valorizado por historiadores e arquivistas (Bellotto, 2000: 158-9).

Quanto à classificação dos documentos, os arquivistas entendem, corretamente, que os documentos históricos de hoje foram os documentos administrativos de ontem e os documentos administrativos de hoje serão os documentos históricos do futuro. Nem todos os

documentos administrativos são preservados nos arquivos permanentes. Em países como os Estados Unidos e a França, por exemplo, estima-se que apenas de 5 a 20%, no máximo, dos documentos administrativos devam ser preservados, sendo os demais eliminados. Um arquivo permanente deve dividir suas atividades em cinco etapas: 1) a **Destinação** opera a transferência dos documentos, o recolhimento, a análise, a avaliação, a seleção e a eliminação daqueles documentos que não forem considerados como agregando valor de conservação perene; 2) o **Arranjo** reúne e ordena adequadamente os documentos; 3) a **Descrição e Publicação** responde pela execução da política de acesso aos documentos para consulta e pela divulgação do acervo; 4) a **Conservação** responde pelos trabalhos de proteção e guarda dos documentos, visando impedir sua destruição pela ação deletéria do tempo, de fungos, etc. 5) finalmente, a **Referência** responde pela concepção da política de acesso e de uso dos documentos (Paes, 1991: 73).

A avaliação, seleção, eliminação dos documentos devem ser cuidadosamente pensadas, planejadas e implantadas. Segundo os arquivistas, *“a eliminação não pode ser feita indiscriminadamente, nem deve basear-se simplesmente em datas e períodos rígidos, ao fim dos quais se possa destruir tudo”*. A tarefa de eliminação consiste em estabelecer um valor conceitual e uma idade de preservação aos documentos, de acordo com seus valores probatórios e informativos, a sua especificidade e as suas possíveis destinações. Os chamados documentos *“permanentes temporários”*, ao contrário dos *“permanentes vitais”*, podem, portanto, ter uma caducidade estabelecida. Esta caducidade não pode, todavia, ser determinada de forma arbitrária. Ela deve estar expressa numa Tabela de Temporalidade, formatada e aplicada necessariamente por uma comissão técnica, usualmente denominada Comissão de Análise de Documentos, constituída por membros efetivos e eventuais da instituição arquivística. Na composição desta Comissão é indispensável a presença de arquivistas formados em cursos superiores, recomendando-se, também, a presença interdisciplinar de historiadores, sociólogos, administradores e juristas (Paes, 1991: 78).

Para que seja aplicada na eliminação de documentos, a Tabela de Temporalidade deve ser permanente e aprovada por lei, decreto ou resolução competente. Finalmente, aquelas instituições que tiverem sob sua responsabilidade a guarda de documentação considerada sigilosa, como é o caso do Poder Judiciário, devem, nos termos do Decreto nº 2.134, de 24 de

janeiro de 1997, constituir Comissões Permanentes de Acesso, cujas normas básicas de composição e funções acham-se regulamentadas.

No que se refere às diretrizes específicas para seleção de documentos, a metodologia arquivística tradicional admite a eliminação de: a) documentos cujos textos ou elementos essenciais estejam reproduzidos em outros ou tenham sido impressos em sua totalidade; b) cópias cujos originais sejam conservados; c) documentos de pura formalidade, tais como convites, cartas de agradecimento, intimações, etc.; d) documentos que se tornaram obsoletos e não apresentam interesse para a administração corrente e para o interesse histórico genérico. De um modo geral, a metodologia tradicional determina a preservação permanente de todos os documentos patrimoniais originais, todos os documentos que provem como uma instituição foi organizada e funciona, todos os documentos que possuem valor de informação sobre pessoas físicas e jurídicas, lugares, edifícios e objetos ou fenômenos. Portanto, muito embora a metodologia tradicional não cite explicitamente os documentos judiciais, estes critérios parecem ser plenamente extensíveis aos mesmos (Paes, 1991: 81-83).

Nesse sentido, constatamos que a teoria arquivística tradicional, que, aliás, nunca se debruçou especificamente sobre a documentação judicial, é igualmente incapaz de definir “valor histórico” aos documentos, sendo tão somente capaz de estabelecer valores de direito e de vigência. De tal sorte que, se aplicada a metodologia tradicional, tanto na perspectiva da ciência histórica, quanto na perspectiva da ciência arquivológica, constata-se ser impossível a eliminação de processos judiciais, excetuando, quando muito, documentos como embargos (que reproduzem partes do processo), habeas-corpus ou intimações (documentos de pura formalidade).

Do exposto até aqui, percebe-se serem dois os níveis de estratégia a serem considerados da perspectiva da disciplina arquivística: o primeiro respeita à exigência de convocação da comissão multidisciplinar (com a presença de arquivistas, historiadores, etc.) para o desenvolvimento de uma tabela de temporalidade; e o segundo diz respeito à metodologia corrente utilizada para conferir valor aos documentos.

Sendo a sistemática de composição da comissão interdisciplinar e de desenvolvimento da tabela de temporalidade academicamente aceita e juridicamente garantida pela Lei nº 8.159, de 1991, e pelo decreto 2.134, de 1997, qualquer procedimento divergente poderá suscitar interpelações judiciais, por parte de entidades civis da OAB ou do Ministério Público, ou,

mesmo, um cidadão qualquer (no caso de um indivíduo não encontrar nos arquivos judiciais processos em que tenha figurado como parte, visto que, pelo Artigo 24 da Lei 8.159/91, parece evidente a responsabilidade do Poder Público, e especialmente do Judiciário, também na preservação de documentos sigilosos que possam, a qualquer momento, ser requisitados pelas partes). Ainda que os Judiciários estaduais tenham autonomia para gerir sua política documental, se assim o quiserem, não resta dúvida de que a legislação federal pertinente estabeleceu diretrizes conceituais rígidas para o tratamento da matéria, tanto ao nível do Executivo, quanto do Legislativo, do Judiciário e da iniciativa privada, as quais parecem que devem ser observadas. Ou seja, parece estar na alçada da jurisdição estadual optar, por exemplo, por transferir a responsabilidade da gestão documental para o Poder Executivo ou assumi-la diretamente, ou, ainda, por uma política centralizada ou descentralizada de gestão documental. Mas não é possível implementar uma política de eliminação de documentos sem uma tabela de temporalidade concebida por uma comissão especializada, na forma da lei, e aprovada por autoridade competente. Perpassando a autonomia administrativa da instituição estarão sempre o bem comum e o interesse social, de sorte que uma política polêmica poderá provocar a ação das instituições que zelam pela preservação do patrimônio histórico e documental, bem como pelo fortalecimento da cidadania.

Foi exatamente isto o que aconteceu com a solução pretendida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com base no polêmico Provimento nº 556, em 14 de fevereiro de 1997⁴, que previu a eliminação de processos após cinco anos de arquivamento, com exceção

⁴ PROVIMENTO CSM Nº 556/97.

Regulamenta a destruição física de autos de processo, arquivados há mais de 05 (cinco) anos em primeira instância, nas Comarcas da Capital e do Interior do Estado.

O Conselho Superior da Magistratura, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 216, inciso XXVI, "b" do Regimento Interno;

Considerando o elevado número de processos definitivamente arquivados na Capital e Comarcas do Interior do Estado;

Considerando a necessidade de adotar providências que permitam reduzir, com segurança e resguardo, o número de autos que, arquivados há mais de 05 (cinco) anos, desinteressem às partes, ao Poder Público e às entidades de preservação histórica;

Considerando o alto custo e dispêndio de trabalho e servidores na manutenção de grande quantidade de autos findos nas condições acima e a absoluta falta de espaço nos fóruns do Interior e nos arquivos da Capital;

Considerando que expressiva parte deles está danificada e deteriorada pela ação do tempo;

Considerando, ainda, os precedentes deste Conselho Superior e da Corregedoria-Geral da Justiça constantes dos expedientes CG-83.298/88, G-147.055/88, CG 83.645/88 e do Provimento CSM nº 485/92;

Considerando, finalmente, que este Conselho Superior, no Processo nº 25/92 - DEPRI, aprovou em 24.10.1996 parecer da Comissão de Arquivo e autorizou a destruição de processos findos, arquivados definitivamente há mais de (05) cinco anos,

Resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Os autos de processos judiciais ou administrativos poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica, transformação em aparas ou por outro meio adequado, findo o prazo de 05 (cinco) anos, contado da data do arquivamento, segundo os critérios e condições estabelecidas neste Provimento.

Parágrafo único - Ficam excluídos da destruição física todos os autos cujo interesse histórico seja comprovado por entidade regularmente instituída, ou por deliberação do Conselho Superior da Magistratura.

Artigo 2º - Somente os processos findos, arquivados há mais de 05 (cinco) anos, poderão ser eliminados.

Parágrafo único - Considera-se processo findo aquele definitivamente decidido, com trânsito em julgado, que não comporte qualquer recurso, bem como as causas resolvidas por acordo de vontades.

Artigo 3º - É lícito às partes e interessados requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos que juntaram aos autos, ou a reprodução total ou parcial do feito, por intermédio de extração de cópias reprográficas, microfilmagem, "escaneamento", leitura ótica, ou qualquer outro sistema disponível.

Parágrafo único - Não sendo possível o atendimento pela Vara, Foro ou Arquivo Central, qualquer das partes do processo poderá requerer a retirada dos autos, pelo prazo de 10 (dez) dias, para sua reprodução total ou parcial.

Artigo 4º - Se, a juízo da autoridade judiciária em exercício na Comarca ou Vara no Interior, e da Presidência do Tribunal de Justiça, na Capital, houver, nos autos, documentos de valor histórico comprovado, serão eles recolhidos e colocados à disposição da Comissão de Arquivo para as providências necessárias ou entrega à entidade dedicada à preservação que demonstre interesse.

Artigo 5º - A destruição de autos se fará duas vezes por ano, a cada período de 06 (seis) meses.

§ 1º - A destruição de autos e a periodicidade estabelecida são obrigatórias.

§ 2º - Quando houver algum impedimento ou dificuldade para dar cumprimento ao estabelecido no parágrafo anterior, o Magistrado ou a Comissão de Juízes deverá, fundamentadamente, pedir autorização ao Conselho Superior da Magistratura para exceder ou diminuir esse prazo ou suspender o procedimento.

Artigo 6º - Competirá a este Conselho Superior, ouvida a Comissão de Arquivo, estabelecer ou alterar prazos, critérios e sistemas necessários ao cabal cumprimento deste Provimento.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO NA DESTRUIÇÃO DE AUTOS

SEÇÃO I

Das Disposições Comuns

Artigo 7º - A lista dos processos que serão eliminados será organizada em ordem numérica, segundo o ano de distribuição.

Parágrafo único - A lista será elaborada em 03 (três) vias.

Artigo 8º - Na elaboração das listas os autos serão identificados apenas pela Vara, Foro Distrital, Foro Regional ou Comarca, Ofício de Justiça respectivo, ano de distribuição e número de registro, vedada a divulgação do nome das partes ou a natureza da ação.

Artigo 9º - O Escrivão-Diretor do Ofício de Justiça e o Diretor do Arquivo Geral manterão, obrigatoriamente, Livro de Registro de Autos Destruídos, que será composto por cópias das relações de processos destruídos, cabendo à Corregedoria-Geral fiscalizar a sua correta organização e manutenção.

SEÇÃO II

Da Destruição de Autos nas Comarcas do Interior

Artigo 10 - Nas Comarcas do Interior competirá ao Juiz Titular da Vara ou, estando vago o cargo de titular, ao Diretor do Fórum em exercício, onde houver Vara única, as providências para a destruição de autos.

Artigo 11 - O Escrivão-Diretor elaborará lista de processos que deverão ser eliminados, e a submeterá ao Juiz Titular da Vara.

§ 1º - Conferida e corrigida a lista no prazo de 10 (dez) dias, o Magistrado determinará a publicação do edital e da lista de processos na Imprensa Oficial uma única vez, com o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de requerimentos ou reclamações.

§ 2º - Da decisão do Juiz de Direito ou da Comissão de Juizes Corregedores caberá recurso para o Conselho Superior da Magistratura, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º - Enquanto o recurso estiver pendente de julgamento os autos não poderão ser destruídos.

Artigo 12 - O ato de eliminação física de autos será presidido pelo Juiz Titular ou em exercício, auxiliado pelo Escrivão-Diretor e contará, obrigatoriamente, com a presença de 03 (três) testemunhas, dentre autoridades ou cidadãos previamente convidados, podendo dele participar, querendo, um representante da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil e de outras entidades de preservação histórica.

Parágrafo único - Do ato lavrar-se-á, no verso da relação de processos destruídos, termo circunstanciado, certificado pelo Escrivão-Diretor e assinado pelo Juiz Presidente e pelas testemunhas.

SEÇÃO III

Da Destruição de Autos na Comarca da Capital

Artigo 13 - Na Comarca da Capital competirá a uma Comissão de Juizes Corregedores as providências para a destruição de autos.

§ 1º - A Comissão será composta por dois Juizes designados pelo Conselho Superior da Magistratura, sendo um indicado pela Corregedoria-Geral e outro pela Presidência.

§ 2º - A designação será feita por um período de 02 (dois) anos, coincidindo com os mandatos do Presidente e do Corregedor-Geral da Justiça, podendo os membros ser substituídos por ato do Conselho Superior.

Artigo 14 - O Diretor do Arquivo Geral elaborará lista dos processos que deverão ser eliminados e a submeterá à Comissão de Juizes Corregedores.

Parágrafo único - Conferida, corrigida e procedidas às diligências necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, a Comissão determinará a publicação do edital e da lista de processos na Imprensa Oficial uma única vez.

Artigo 15 - O ato de eliminação física de autos será presidido pela Comissão de Juizes, auxiliados pelo Diretor do Arquivo Geral, com a presença de 03 (três) testemunhas, dentre autoridades e cidadãos previamente convidados, podendo dele participar, querendo, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil e de outras entidades de preservação histórica.

Parágrafo único - Do ato lavrar-se-á, no verso da relação de processos destruídos, termo circunstanciado, certificado pelo Diretor do Arquivo Geral e assinado pelos Juizes Corregedores e pelas testemunhas.

SEÇÃO III

Do Edital

Artigo 16 - O edital deverá esclarecer quais processos serão destruídos, a Vara, Foro Distrital, Foro Regional ou Comarca, Ofício de Justiça, ano de distribuição, número dos processos, local, hora e o sistema de destruição a ser utilizado.

§ 1º - Cópia do edital, com a respectiva lista, será encaminhada à Ordem dos Advogados local, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º - Outra cópia será remetida, com a mesma antecedência, ao Departamento da Magistratura, na Capital, onde será aberta pasta especial de registro de autos destruídos para cada Comarca e para a Capital.

§ 3º - Se na Comarca houver alguma entidade de preservação histórica, ser-lhe-á, no mesmo prazo, remetida cópia.

CAPÍTULO III

DOS CRITÉRIOS E RESTRIÇÕES PARA A DESTRUIÇÃO

SEÇÃO I

Dos Feitos Criminais

Artigo 17 - Serão mantidos em arquivo, facultada, oportunamente, a documentação por outro meio, e posterior destruição, os processos relativos a ações penais em que o réu tenha sido condenado.

Artigo 18 - A destruição física de autos de natureza criminal, segundo a classificação abaixo, fica autorizada sem necessidade de documentação prévia:

I - inquéritos policiais e termos circunstanciados arquivados (Lei nº 9.099/95);

II - ações penais absolutórias onde não tenha sido aplicada medida de segurança;

III - ações penais onde tenha sido declarada a extinção da punibilidade antes de proferida a decisão sobre o mérito;

IV - ações penais da competência dos Juizados Especiais Criminais onde tenha havido absolvição, transação, ou a extinção pela reparação do dano.

SEÇÃO II

Dos Feitos Cíveis e Administrativos

Artigo 19 - Serão mantidos em arquivo, facultada, oportunamente, a documentação por outro meio, e posterior destruição, os processos relativos a:

I - ações relativas à família, sucessões, união estável entre conviventes e ao estado e capacidade das pessoas;

II - ações relativas a registros públicos, inclusive processos administrativos;

III - ações relativas à posse, registro e propriedade de bem imóvel, inclusive as de desapropriação, apossamento administrativo (desapropriação indireta), usucapião, servidão, retificação de área, discriminatória de terras, divisão, demarcação e adjudicação compulsória;

IV - procedimentos de infância e juventude de adoção, guarda e suprimimento do consentimento.

Artigo 20 - A destruição física dos demais processos cíveis e administrativos, qualquer que seja a natureza da ação, processos incidentes, medidas cautelares, antecipatórias ou conexas, fica autorizada, sem necessidade de documentação prévia.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 21 - O Conselho Superior da Magistratura poderá autorizar a entrega de processos que, nos termos do artigo 2º, deveriam ser destruídos, a Universidades e Faculdades de Direito situadas no Estado de São Paulo, à Escola Paulista da Magistratura e a entidades de preservação histórica.

§ 1º - Só se permitirá a entrega para fins de estudo e preservação histórica, hipóteses em que na capa do processo deverá conter a expressão, sob carimbo, "Documento de propriedade do Poder Judiciário de São Paulo - Preservação obrigatória".

§ 2º - A entidade depositária será responsável pela preservação dos processos, vedada a sua entrega a terceiros, podendo, contudo, devolvê-los à origem.

dos chamados “processos históricos”. Na oportunidade, o Juiz aposentado Fausto Couto Sobrinho, Diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, e a Dra. Zilda Iokoi, Presidenta da ANPUH (Associação Nacional dos Historiadores), afirmaram categoricamente que os Juízes *“não têm condições técnicas para decidir o que tem valor histórico”*. Ambos manifestaram temor de que interpretações apressadas permitissem a destruição de processos valiosos em todo o Estado. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, Zilda Iokoi sublinhou o exemplo da tese de doutorado do historiador Sidney Chalhoub, da Universidade de Campinas, que se valeu de processos judiciais na sua pesquisa para demonstrar que, no Século XIX, muitas escravas conquistaram a sua liberdade recorrendo à Justiça, junto a qual provavam que seus senhores as haviam

§ 3º - A entrega far-se-á mediante recibo circunstanciado, constando a Comarca, Vara, ano de distribuição, número do processo, natureza da ação e nome das partes, devendo o Ofício de Justiça ou o Arquivo Geral manter pasta onde os recibos serão colecionados.

§ 4º - Fica vedada a entrega de processos que corram em segredo de justiça ou nos quais essa circunstância tenha sido declarada.

§ 5º - Fica vedada, também, a entrega de autos às partes ou a seus advogados.

Artigo 22 - Para os fins dos artigos 17 e 19, o Conselho Superior da Magistratura editará provimento regulamentando a forma de documentação a ser adotada.

Artigo 23 - Os Ofícios de Justiça e o Arquivo Geral da Capital poderão manter sistema informatizado de controle de autos destruídos, mantidos os controles mecânicos.

Artigo 24 - Qualquer interessado, mediante requerimento, poderá obter informação acerca de processos destruídos e acesso às listas que comprovem essa circunstância.

Artigo 25 - Se for possível a destruição dos autos pelo sistema de dilaceração mecânica, as aparas poderão ser vendidas, revertendo o produto da venda ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça.

Artigo 26 - As fichas dos processos deverão ser mantidas em cartório, nelas anotando-se o número da lista e a data da destruição, servindo de base para futura expedição de certidão.

§ 1º - O mesmo procedimento será adotado no Livro de Registro de Feitos. § 2º - O Escrivão-Diretor do Ofício de Justiça respectivo deverá acompanhar a publicação do edital na Imprensa Oficial, de onde extrairá os dados necessários para anotação nas fichas dos processos.

§ 3º - Inexistindo a ficha referida neste artigo, deverá o Escrivão-Diretor confeccioná-la antes da destruição, anotando os dados essenciais constantes dos autos.

Artigo 27 - A Corregedoria-Geral da Justiça tomará as providências necessárias, no seu âmbito de atuação, para o fiel cumprimento deste Provimento e adequará as suas Normas de Serviço, segundo o que ficou aqui estabelecido.

Artigo 28 - Se no primeiro ato de destruição não for possível incluir todos os processos que se enquadram nas regras e limites deste Provimento, dever-se-á obedecer o critério de iniciar-se o processo pelos feitos mais antigos.

Artigo 29 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior da Magistratura.

Artigo 30 - No exercício de 1997 o levantamento dos processos a serem destruídos deverá ter início no mês de março e a efetiva destruição poderá se dar até 30 de julho.

Artigo 31 - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

(DOE Just., 18.02.1997, p. 01)

obrigado a se prostituir, o que era proibido pela legislação civil e escravagista brasileira. Ora, na época processos envolvendo escravos eram considerados banais pelas pessoas, porém, justamente por terem sido guardados e preservados, permitiram aos homens do futuro a reconstituição de importantes traços da nossa cultura social e jurídica. Certamente, estes processos consultados pelo historiador, lente da academia brasileira, permaneceram adormecidos nos arquivos por décadas, sem que ninguém os consultasse, até que renascessem para a sociedade por meio das páginas de um excelente livro de história (O Estado de São Paulo, 11 de outubro de 1998).

Por sua vez, comentando o mesmo Provimento, a historiadora Ana Maria de Almeida Camargo, então Presidenta da AAB, esclareceu: "antes de destruir, uma comissão multidisciplinar deveria dar valores para cada documento, determinando prazos de conservação e definindo o que pode ser eliminado". Na mesma linha de opinião, o Diretor do Arquivo Nacional, com sede no Rio de Janeiro, Jaime Antunes da Silva, afirmou, que "o critério temporal para destruir processos judiciais arquivados é irrelevante", acrescentando, também, que o importante é o "valor atribuído ao documento pela tabela de temporalidade e não há quantos anos o processo está arquivado". Compartilhando da posição dos colegas, a historiadora Rose Marie Inojosa, da Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo, não viu justificativa razoável para o estabelecimento de um prazo geral e arbitrário de cinco anos para eliminar documentos essenciais para a memória da sociedade, perguntando-se: "por que cinco e não um ou dez ou cem?". Na mesma oportunidade, finalmente, o advogado José Galante Rodrigues, conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), condenou duramente o Judiciário: "um povo que destrói a documentação que contém o drama de suas populações é um povo que destrói seu passado e tende a repetir desmandos e erros que atrasam o progresso da Nação" (O Estado de São Paulo, 11 de outubro de 1998).

O principal argumento invocado pela Magistratura daquele Estado para justificar o Provimento era o de ordem administrativa. O TJ afirmou não dispor de estrutura e orçamento adequados para administrar e preservar a massa documental que produz. Apenas na Comarca da Capital eram gastos, em 1998, R\$ 439.586,00 por mês no aluguel de quatro prédios para a guarda do acervo, sem mencionar o gasto com a conservação e acessibilidade da documentação (O Estado de São Paulo, 11 de outubro de 1998).

Não tendo havido acordo entre a comunidade acadêmica, a comunidade de arquivistas e gestores públicos, de um lado, e a Magistratura, de outro, o impasse teve desdobramentos judiciais. O Procurador-Geral da República ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (de nº 1.919-8/SP) em face Provimento nº 556. Em dezembro de 1998, o plenário do Supremo Tribunal Federal concedeu, por unanimidade, *“medida cautelar para suspender, até a decisão final da ação direta, a eficácia do Provimento CSM nº 556”*. O mérito da referida ADIN ainda não foi julgado. Posteriormente, a Associação dos Advogados de São Paulo – AASP –, impetrou mandado de segurança contra a mesma Resolução, junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Denegado na origem, a impetrante obteve, via Recurso Ordinário em MS (de nº 22.824-SP), a concessão do *mandamus*, em julgamento unânime assim emendado: *“Recurso ordinário conhecido e provido para declarar a nulidade do Provimento nº 556/97 do Conselho Superior da Magistratura, por sua flagrante ilegalidade”*. O julgamento ocorreu em 16.04.2002 (Facchini Neto, 2003; Tedesco, 2003: 303).

O argumento administrativo invocado pela Magistratura paulista, todavia, é importante e precisa também ser levado em consideração. Sobretudo porque o custo de armazenagem da documentação judicial, como assinala o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Desembargador José Eugênio Tedesco, certamente estará comprometendo investimentos na melhoria da prestação jurisdicional, o que constitui atividade fim do Judiciário (Tedesco, 2003: 301). Portanto, o custo da gestão documental sem racionalidade pode estar, indiretamente, prejudicando sobremaneira o interesse social. Além disso, é preciso avaliar até que ponto a metodologia padrão da arquivística, baseada, sobretudo, nas experiências com fontes e arquivos administrativos ou privados, pode ser aplicada aos arquivos judiciais.

Na Justiça Federal, antes que uma comissão pertinente iniciasse seus trabalhos, notava-se uma carência de políticas de preservação e organização, o que dificultava o acesso às informações. Em diagnóstico da situação dos arquivos da Justiça Federal, realizado pelo CJF em 1996, constatou-se um enorme volume de processos nesses arquivos. Grande parte desses documentos ainda não está cadastrada em sistema automatizado, o que dificulta sua localização⁵. O maior problema, no entanto, é a velocidade de crescimento desses acervos,

⁵ “Grande volume de documentos judiciais e administrativos. Grande volume de documentos não cadastrados em sistema automatizado ou manual, não sendo, portanto, passíveis de recuperação. Enfileirados, são 1.600 Km de autos findos julgados após 1967. O custo médio de construção para abrigar esse volume de papéis –

proporcional à explosão da demanda processual, que resulta em altos custos no aluguel ou na construção de depósitos para esses documentos (Critérios, 2003).

Temendo repetir os erros cometidos pelo Judiciário paulista e seguindo o estabelecido pela Lei de 1991, o Conselho da Justiça Federal nomeou, em 1998, pela Portaria nº 159, a Comissão Interdisciplinar para Gestão de Documentos da Justiça Federal, constituída por servidores dos TRFs e do CJF, e profissionais das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Administração, História, Contabilidade e Direito. A comissão elaborou uma proposta e, a partir dela, uma minuta de Resolução, que foi disponibilizada em inícios de 2003 no site da Justiça Federal para receber sugestões de toda a comunidade interessada e foi submetida à apreciação do Colegiado do CJF. Comentando o resultado do trabalho, Neide Alves Dias de Sordi, secretária de Pesquisa e Informação Jurídicas do Centro de Estudos Judiciários (CEJ/CJF) e coordenadora da Comissão Técnica, registrou que *“tívemos que inventar uma forma nova para definir a temporalidade dos processos”*, referindo-se ao difícil processo que a Comissão enfrentou para chegar à definição dos critérios para a seleção, guarda e eliminação dos autos findos, para os quais a metodologia arquivística tradicional não se revelou eficaz (Critérios, 2003).

Conforme informa o *site* do Superior Tribunal de Justiça:

“A Comissão selecionou, com base nas competências constitucionais da Justiça Federal, ações e assuntos que, pela importância para a sociedade, deverão ser de guarda permanente. Definiu-se que seriam preservados os processos relativos à primeira fase da Justiça Federal, de 1890 a 1937, e à segunda fase, até 1967; ações sobre índios; sobre Direito Ambiental; as coletivas; as referentes à privatização; as relativas a direitos humanos; as decorrentes de aplicação de tratados internacionais; as criminais; as de desapropriação e aquelas precedentes de súmulas. Para a eliminação dos demais processos, segundo informa Martha Balbi, chefe da Seção de Pesquisa Institucional do CEJ/CJF e membro da Comissão, os critérios foram retirados da Teoria Geral do Processo, com base na natureza do provimento jurisdicional. Aos prazos legais foi somado um prazo denominado ‘precaucional’. Desse modo, a Comissão chegou a uma tabela que divide os feitos em ações cautelares, de conhecimento,

140 mil metros quadrados – é equivalente a R\$ 68 milhões ou ao custo de construção de 5.000 casas populares. Não incluindo nesses custos os relativos à manutenção, equipamentos, móveis e recursos humanos.” (Sordi & Marques, 2003)

executórias e um último grupo incluindo embargos e ações especiais. Para cada grupo, foram estipulados diversos prazos de guarda, dependendo do provimento demandado, do provimento obtido, da análise do mérito e do processo vinculado” (Critérios, 2003).

A eliminação de documentos, portanto, obedecendo às orientações da teoria geral de arquivística e aos preceitos fixados pela legislação pertinente, foi adotada pela Justiça Federal, a partir de uma tabela de temporalidade desenvolvida para os fins específicos do Judiciário por uma comissão multidisciplinar. O marco temporal proposto pela tabela foi teoricamente conceituado e justificado. Tendo em vista a pertinência do argumento de cunho administrativo e a impossibilidade de conservação da totalidade dos documentos judiciais, todos os processos iniciados depois de 1967 foram considerados passíveis de eliminação, salvaguardados os marcos jurídico-legais estabelecidos e aplicado um modelo de seleção por amostragem:

“O procedimento de triagem e de determinação dos prazos de guarda dos processos deverá seguir o roteiro estabelecido fluxo de avaliação de autos findos e na tabela de avaliação das ações judiciais. Passado o período de guarda determinado na tabela, será ainda preservada uma amostra representativa do universo dos julgados, obtida com base em fórmula estatística definida no CJF. O inteiro teor de sentenças, acórdãos e despachos terminativos são considerados documentos de guarda permanente e, de acordo com a minuta de Resolução, devem ser recolhidos imediatamente após sua publicação às unidades arquivísticas dos órgãos onde foram produzidos. Comissões de avaliação documental, que devem ser formadas em todas as instituições da Justiça Federal, com a incumbência de coordenar a aplicação dos critérios propostos para guarda e eliminação dos autos findos, também poderão selecionar, para fins de guarda permanente, os autos que pela sua peculiaridade devem ser preservados para composição da memória institucional. A eliminação das ações judiciais transitadas em julgado será precedida por publicação de edital de eliminação contendo os números dos processos e suas respectivas datas de distribuição e de arquivamento definitivo, publicado com antecedência de 45 dias da data prevista para a efetiva eliminação. As partes interessadas nos processos a serem eliminados poderão requisitar os autos para guarda particular, por meio de petição ao diretor da unidade administrativa à qual o arquivo esteja vinculado.” (Critérios, 2003).

A propósito da seleção de determinadas ações da competência constitucional da Justiça Federal para a guarda permanente, privilegiaram-se, justamente, as ações coletivas, pois se entendeu que elas encerram um conteúdo social amplo, altamente representativo dos problemas sociais do País, ao qual não é possível determinar, para efeitos de tratamento arquivístico, nem valor de direito nem tampouco valor de vigência. De fato, as ações coletivas, produto da tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, são o resultado da própria consolidação do regime democrático brasileiro e surgiram no País há relativamente pouco tempo, sobretudo, na década de 1980. Ressalta, portanto, que ainda estamos, no Brasil, *“iniciando o exercício das ações coletivas e nos familiarizando com a idéia de direitos difusos”*. (Fontinele & Domingues, 2001). Além disso, importa registrar que as ações coletivas representam parcela relativamente pequena do conjunto da massa documental produzida pelo Poder Judiciário, não chegando, portanto, a significar um escolha dramático para a administração judiciária e para a gestão documental.

O critério da seleção de documentos pelo método de proporcionalidade e amostragem foi, sem dúvida alguma, a grande novidade introduzida pela política de gestão documental do Judiciário Federal. Neste particular, transparece a preocupação em desenvolver um método que garanta o enxugamento do acervo, levando em conta a pertinência do argumento administrativo, sem basear-se no critério tradicional de valor. Isto porque, como se verificou, é impossível para juízes, arquivistas e historiadores determinar arbitrariamente o “valor histórico” dos documentos. Além disso, o Judiciário Federal mostrou compreensão de que o arquivo, que nasceu da acumulação natural de documentos, continue representando a instituição ao longo do tempo, sem mutilação. A aplicação de critérios estatísticos e matemáticos evita polêmicos e temerários julgamentos de mérito, afastando o risco de deformar o arquivo e legar para os pósteros uma memória seletiva e incompleta da instituição e de suas práticas. A aplicação do método da proporcionalidade torna o acervo do arquivo natural, ou original, mais enfático. Sendo a massa documental enxugada de forma padronizada, sem deformações, o arquivo torna-se mais eloqüente. Como registra Neide De Sordi, *“quem guarda tudo não encontra nada”* (Critérios, 2003; Camargo, 2003; Camargo, 2001).

O método da proporcionalidade não se fixa com base em uma quota arbitrária, como, por exemplo, X ou Y documentos de um determinado tipo devem ser preservados e os demais eliminados. A classificação prévia dos documentos por meio de uma tabela de temporalidade é

fundamental, bem como é importantíssimo conhecer a variação da quantidade de tipos de ações em cada ano. Por exemplo, no Estado de São Paulo há períodos em que as ações de desapropriações têm uma incidência enorme, divergindo da média de processos desse gênero, o que certamente é um forte indicativo de conjunturas de crise social, dado, este, que não pode ser desprezado ou perdido pela memória.

Portanto, como afirma Ana Maria Camargo, consultora da Justiça Federal do Estado de São Paulo,

“por mais contraditório que possa parecer, para que o arquivo conserve sua polissemia máxima e continue a ser o celeiro onde o historiador vai colher as informações de que necessita, é preciso mantê-lo afastado das operações seletivas feitas em nome de supostos e prováveis ‘valores históricos’. O importante é garantir o seu caráter orgânico, preservando a capacidade que os documentos de arquivo têm de refletir, de forma permanente e estável, a instituição que lhes deu origem” (Camargo, 2003: 334).

Podemos parcialmente acompanhar a aplicação prática dessa estratégia no arquivo da Seção Judiciária do Estado de São Paulo. A Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo (ARQ) foi contratada em 2000 pela Justiça Federal para proceder, no espaço de 16 meses, reunindo uma equipe de mais de 30 pessoas, ao tratamento especializado de 500 mil feitos. Cerca de 100 mil processos anteriores a 1970 foram preservados na sua totalidade. Este bloco foi submetido à limpeza mecânica, desmetalização, substituição das caixas de papelão, guarda e classificação arquivística, vislumbrando a criação de um espaço para implantação do Centro de Memória da Seção Judiciária do Estado de São Paulo. Os demais processos foram igualmente limpos e cadastrados (Villar, 2001).

Sublinhe-se que, no âmbito da Justiça Federal, cada Tribunal Regional e cada Seção Judiciária constituiu a sua Divisão de Arquivo e Documentação, nomeando para a sua direção funcionários efetivos, concursados e formados em arquivologia. Igual caminho seguiu o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul que criou, em 2000, a Divisão de Documentação, para a qual foram nomeados arquivistas concursados. A Divisão de Documentação coordenou os trabalhos de desenvolvimento e aplicação de uma tabela de temporalidade, cuja concepção contou com o acompanhamento e a consultoria dos

historiadores do Memorial do Ministério Público. Como efetivamente sublinha Bertoletti (2002), *“pesquisas sobre a história da instituição são essenciais para que se possa elaborar um programa e um projeto de preservação dos documentos”*. Neste caso, a formatação da tabela de temporalidade somente foi possível depois de um estudo sobre a evolução institucional do Ministério Público sul-rio-grandense elaborado pelos historiadores do Memorial. Atualmente, a Divisão de Documentação vem ministrando palestras para os funcionários de todas promotorias para explicar o funcionamento e a aplicação da tabela de temporalidade. Além disso, está reunindo toda a documentação de guarda permanente em um arquivo de instalações amplas e dotado de equipamentos modernos. O Ministério Público estadual também já constituiu a sua Comissão Permanente de Avaliação, com base em uma formatação multidisciplinar (Miranda, 2003).

Além da Justiça Federal, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem adotando o método de amostragem. Segundo a tabela de temporalidade elaborada por aquela Corte, devem ser preservados todos os processos iniciados antes de 1940. O marco cronológico, todavia, apesar de não estar teoricamente fundamentado e conceituado, não foi concebido de forma rígida, pois se admitiu a sua alteração após a emissão de relatório com identificação tipológica dos documentos administrativos e judiciais, que deveria ser encaminhado às Comissões Permanentes de Avaliação Documental e ao Museu da Justiça, setores encarregados da seleção dos documentos para preservação na totalidade ou para aplicação do método de amostragem. Fixou-se uma amostragem de 10% (dez por cento) por tipo de ação, assunto e ano, para o recolhimento ao arquivo permanente.

Outro aspecto da questão diz respeito ao suporte da documentação e à reprodução do acervo documental. Em primeiro lugar, o trabalho de reprodução de um acervo, seja por microfilmagem, seja por digitalização, precisa ser precedido de um trabalho de classificação do acervo existente e de enxugamento do volume documental, pois se reproduzirmos o caos documental, teremos sempre o caos no momento da consulta, seja na base impressa ou na base digital. Portanto, um conjunto documental destinado à microfilmagem ou digitalização precisa ser conhecido e preparado com desvelo. Esta preparação consiste na classificação, na seleção, na higienização do documento e na desmetalização (Bertoletti, 2002: 17, 24).

Em seguida, os técnicos recomendam que a reprodução do acervo inicie por aqueles documentos mais prejudicados pela ação do tempo, tais como manuscritos acidificados, corroídos pela tinta, os quais precisam e podem ser salvos, ou por aqueles corpos documentais

acessados com mais frequência pelos consulentes. Quanto a esse aspecto, devemos estar atentos aos livros de registro de consultas, às informações dos funcionários dos arquivos, às datas comemorativas. Os técnicos não costumam recomendar a reprodução de acervos em estado avançado de deterioração ou que não são consultados pelos pesquisadores. Portanto, a reprodução é entendida como uma estratégia de conservação do acervo e de facilitação da consulta (Bertoletti, 2002: 18, 31).

Com efeito, *“a reprodução do acervo não significa o seu abandono”*. Os originais reproduzidos não só não podem ser destruídos como, ainda, devem ser objeto de conservação regular e sistemática. A eliminação de documentos deve, portanto, ser aplicada a um arquivo antes do início do trabalho de reprodução e não posteriormente. Os arquivistas também defendem que cada tipo de documento, cada corpo documental, cada série documental seja objeto de um projeto específico de reprodução, para que não sejam, por exemplo, reproduzidos documentos pouco consultados (Bertoletti, 2002: 22).

Arquivistas mais conservadores insistem que o melhor método para reprodução de documentos permanece sendo o da microfilmagem, pois este suporte garante a preservação das cópias por 500 anos e constituiu uma solução tecnológica estável, diferentemente daquelas que se desdobram dos avanços da informática. Todavia, as técnicas de digitalização por meio do scanner têm se mostrado menos custosas e mais dinâmicas, na medida em que a consulta das cópias pode ser facilitada. Este é um debate longo e polêmico. A recomendação mais prudente segue sendo que cada instituição faça a sua opção depois de um cuidadoso debate interno.

De qualquer forma, é preciso que fique bem claro que o custo das técnicas de mudança de suporte é bastante elevado. Como sublinham Sordi e Marques (2003), *“o Arquivo das Índias, que é um departamento do Arquivo Nacional da Espanha, onde são guardados os documentos do período de colonização das Américas Espanholas, gastou US\$ 10 milhões em 1992 para digitalizar 5% do seu acervo. Em 1999, gastou US\$ 2,5 milhões para migrar de mídia porque os equipamentos atuais não liam os CDs antigos”*. Por seu turno, *“no Tribunal Regional Federal da 3ª Região todos os acórdãos foram digitalizados utilizando a tecnologia de fitas magnéticas”*, mídia considerada a mais moderna existente na época. Todavia, ultrapassados três anos, houve necessidade de conversão de todos os documentos para mídia ótica, importando em novos gastos. Um dos Tribunais Regionais Federais gastou, em 1999, R\$ 300 mil apenas na digitalização de uma terça parte dos acórdãos (Sordi & Marques, 2003).

Algumas reflexões sobre a política dos arquivos de acesso à documentação ao público podem ainda ser rapidamente tecidas. Como registramos anteriormente, historiadores dificilmente consultam um único documento para realizar suas pesquisas. Justamente por buscar constituir nexos culturais, os historiadores precisam formatar séries documentais. Para tanto, é recomendável que os arquivos sejam equipados da melhor forma possível para receber o pesquisador, permitindo-lhe consultar conjuntos de documentos. Eis porque seria muito importante que o trabalho de classificação dos processos previsse também ementas explicativas do conteúdo de cada documento (contendo dados tais como comarca de origem, apelações, juizes, partes envolvidas, tipo de processo, sentença, artigo dos códigos jurídicos), bem como permitisse aos pesquisadores cruzarem estas informações. Um bom sistema eletrônico de consulta permitiria, por exemplo, a um pesquisador obter em segundos uma lista de todos os processos junto aos quais um dado juiz atuou; ou, ainda, obter com um toque de teclado uma relação de todos os processos iniciados e/ou julgados em uma certa comarca durante um certo período de tempo; ou, finalmente, obter com facilidade uma relação dos processos que tematizaram uma certa área do Direito ou que se remetem a algum artigo ou legislação específicos.⁶

⁶ A propósito das dificuldades que o historiador costuma enfrentar para pesquisar em arquivos judiciais, reproduzimos trecho do relatório da Dra. Marília Schneider (USP) à FAPESP, em 2000, sobre o arquivo judicial de São Paulo:

“Minha experiência com os arquivos do Poder Judiciário de São Paulo foi bastante frustrante. As dificuldades encontradas pelo pesquisador começam na burocracia: é necessário obter uma autorização para ser admitido nas instalações do arquivo. O acesso é controlado pelo TJ, através de um Juiz Corregedor do Departamento Técnico de Primeira Instância- Depri. Trabalhei com pesquisa entre 1997 e 2000, quando o Depri elaborava um credenciamento com validade de 90 dias. Para requerer o credenciamento, era necessário justificar a consulta e detalhar quais documentos seriam consultados. Certa vez, pedi o credenciamento, aguardei a semana de praxe para obtê-lo e fui até o arquivo, nada próximo ao Tribunal. Meu credenciamento autorizava a consulta aos Livros de Acórdãos da primeira década de vida republicana. Porém, os Livros não estavam no arquivo e a funcionária não sabia aonde eles poderiam estar. Então, para ‘não perder a viagem’, pedi para consultar os relatórios da Presidência do Tribunal. Porém, meu credenciamento não mencionava os tais relatórios e o acesso foi negado.

Minha pesquisa coincidiu com a mudança física do arquivo, o que explica parte da desorganização. Até poucos anos atrás, o Arquivo do Judiciário paulista era um simples depósito de documentos, localizado em um local de acesso bastante difícil, no Bairro chamado Leopoldina, na zona Oeste da cidade. Tristemente famoso pelas inundações que destruíram as fileiras de documentos guardados nas prateleiras mais baixas. Naquele depósito a situação era muito precária, tanto no que diz respeito às instalações, quanto aos inexistentes critérios de catalogação. Existia um índice de documentos regido pela classificação das varas distritais, o que não ajudava em nada a pesquisa de caráter histórico. Milhares de processos anarrados eram de conteúdo completamente desconhecido. As pessoas mais qualificadas do Arquivo Judiciário mencionaram a retirada de documentos ‘interessantes’ para exposição no Museu do Palácio da Justiça ou para exposições em outras casas da Justiça. Não havia qualquer critério, além da opinião pessoal dos diretores de Arquivo que simplesmente mutilavam as coleções de documentos, sem o menor compromisso técnico ou social.

Atualmente o Arquivo está localizado em um bairro um pouco mais central, no Ipiranga, na Rua dos Sorocabanos, 680 (f. 6161 7040). Estive lá duas vezes e desisti da pesquisa, de forma que não sei como o arquivo está funcionando atualmente. Prefiro trabalhar com documentos impressos que estão disponíveis na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP) ou então, na biblioteca do Palácio da Justiça. Até onde sei, o Tribunal vinha trabalhando na digitalização dos documentos, mas todo esse esforço

Para além do uso acadêmico e investigativo que historiadores e sociólogos fazem dos arquivos, hoje se admite, como registra o Documento Final do Congresso Patrimônio Histórico e Cidadania, realizado em São Paulo, em 1992, que *“as instituições que atuam na preservação do patrimônio histórico e cultural devem promover uma política de divulgação das suas atividades e de esclarecimento de suas práticas e instrumentos de ação a fim de estabelecer amplos canais de comunicação com todos os segmentos da sociedade, de modo claro e direto”* (Bellotto, 2000: 158). Enfim, mesmo um arquivo centralizado pode desenvolver atividades de extensão para a comunidade, agregando profundo valor didático e social, pois *“há todo um público potencial a conquistar”* para os arquivos. Alguns exemplos nesse sentido seriam: 1) oficinas de preservação e restauração de documentos para jovens carentes; 2) convênios com os cursos universitários de arquivologia, objetivando a criação de estágios curriculares (obrigatórios e não remunerados) e/ou extracurriculares (remunerados) para os estudantes; 3) visitas de estudantes da rede de ensino médio realizadas ao arquivo e guiadas por arquivistas e funcionários; 4) aulas de história do Judiciário (explicando o papel da Justiça na nossa sociedade) realizadas por professores especializados no arquivo para alunos da rede; 5) concursos de monografias para estudantes do ensino médio; 6) confecção e distribuição de kits pedagógicos, constituídos de reprodução de trechos de documentos, formando um conjunto elucidativo; 7) exposições históricas de originais do arquivo.

Uma das experiências acadêmicas de extensão de mais sucesso e repercussão em andamento no País é certamente o projeto “Oficina de História”, coordenado pela Historiadora Doutora Maria Luiza Tucci Carneiro, junto ao acervo do Deops/SP (Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo), sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, por meio de um convênio firmado com a USP e a FAPESP. O projeto, em execução a sete anos e reunindo, presentemente, mais de 30 pesquisadores, envolve pesquisas históricas e aulas para estudantes universitários ambientadas no Arquivo. Os pesquisadores, que fazem desde trabalhos de iniciação científica até teses de pós-doutorado, vêm produzindo estudos acadêmicos publicados em séries editoriais como a Coleção Inventário Deops, financiada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A coleção foi iniciada em 2001, com o livro *“No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro”*, de autoria de Maria Aparecida Aquino, Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson

vinha sendo desenvolvido por funcionários do próprio Tribunal, ou por estagiários. Ao que parece, essa reorganização estava atendendo a critérios da organização judiciária e não envolvia profissionais da história.”

Júnior. Dentre os livros mais recentes publicados estão: *“O despertar do campo: lutas camponesas no interior do Estado de São Paulo”*, de Emiliania Andréo da Silva, *“Combates pela Liberdade: o Movimento Anarquista sob a vigilância do Deops/SP (1924-1945)”*, de Lucia Silva Parra, *“Na Boca do Sertão: o perigo político no interior do Estado de São Paulo (1930-1945)”*, de Beatriz Miranda Brusantin. Outro exemplo das publicações construídas a partir do projeto é o livro organizado por Maria Luiza Tucci Carneiro, intitulado *“Minorias Silenciadas”*, a partir de um seminário acadêmico, que traça uma instigante história dos métodos de censura no Brasil. Outra faceta visível da pesquisa foi disponibilizada ao público entre 6 de janeiro e 20 de abril de 2004 na mostra *“Livros malditos, idéias proibidas”*, exposta na Estação Ciência, em São Paulo. Todas estas atividades vêm sistematicamente granjeando espaços destacados na grande imprensa nacional, como a matéria de capa do Caderno Ilustrada do Jornal Folha de São Paulo do dia 30 de dezembro de 2003 (Aquino et. alli., 2001; Carneiro, 2002; FSP, 30.12.2003, págs. E1 e E2).

Considerações finais

A competência do Judiciário para conceber e executar políticas de gestão documental não apenas está garantida em lei como parece ser um imperativo administrativo diretamente relacionado às necessidades do Poder. Não obstante, a autonomia administrativa do Judiciário neste campo parece dever interagir com as diretrizes estabelecidas na legislação federal pertinente de 1973, 1991 e 1997 – supracitadas –, bem como dialogar com os saberes constituídos e organizados da nossa sociedade que respondem pela reflexão em torno da preservação da memória e do patrimônio, vez que um arquivo encerra, como vimos, delicadas dimensões social e política, as quais transcendem o cotidiano administrativo institucional. Fundamentalmente, uma política de gestão documental precisa ser institucionalizada e tratada de forma técnica e constante.

Parece ser perfeitamente admissível a eliminação de documentos que possuem apenas valor administrativo imediato, conforme normas previstas em uma tabela de temporalidade aprovada por lei e proposta por uma comissão pertinente. Por outro lado, a busca de uma definição científica para o que muitos entendem por “processos históricos” é impossível, como esperamos ter tido o ensejo de comprovar. Como, entretanto, o argumento administrativo das Cortes de Justiça do País precisa ser levado em consideração, mesmo porque são fundamentados em pertinente reflexão de caráter social, gestores públicos, magistrados,

historiadores e arquivistas, enfim, devem ser capazes de, juntos, encontrar alternativas construtivas para o impasse criado. Até o momento, as sugestões e experiências que parecem ter alcançado melhores resultados e mais aceitação na comunidade científica e junto à opinião pública são as que optaram pelo método de amostragem.

Quanto à digitalização de um acervo, esta medida tem sido sugerida pelos arquivistas experimentados como uma forma, não de substituir na íntegra um arquivo em base impressa, mas, sim, como uma forma de facilitar o acesso aos consulentes a uma parte da documentação de um arquivo, normalmente muito consultada. Ou seja, todos os especialistas insistem em que não se pode substituir acervo impresso por acervo digital e que a digitalização deve ser precedida por um tratamento técnico do acervo.

Finalmente, mais do que nunca, numa época em que o Judiciário vem sendo zurrado por uma perigosa crise de legitimidade, como sugerem os baixos índices de aprovação que o Poder goza junto aos cidadãos, os quais foram medidos por recentes pesquisas de opinião que ganharam as manchetes nacionais, ou, ainda, como indicam os ataques desferidos de parte do Poder Executivo Federal ao longo do ano de 2003, parecem imprescindíveis investimentos na formação de uma nova consciência popular sobre o Poder, o que, certamente, passa também pelo trabalho junto aos arquivos e pela aproximação dos arquivos e da história do Judiciário à comunidade, pois é por meio deles que se pode, também, ajudar a construir novos formadores de opinião. Afinal, como disse o célebre publicitário Duda Mendonça a cerca de 800 participantes do 18º Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado na Bahia, em outubro de 2003, “*é fácil criticar o Judiciário; difícil é defender, porque vocês não dão argumentos (...)*”: o Judiciário “*precisa urgentemente aprender a se comunicar com o povo*” (Folha de São Paulo, 25.10.2003, pág. A 10).

Bibliografia consultada

AQUINO, Maria Aparecida et alli. *No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro*. Dossiês DEOPS/SP: radiografia do autoritarismo republicano brasileiro. Vol 1. São Paulo : Imprensa Oficial, 2001.

AXT, Gunter. Justiça e memória. A experiência do memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : *Justiça & História*, Vol. 2, nº 4, 2002, págs. 215-238.

BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente* Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa dos arquivos. *Ciências & Letras*. Porto Alegre : Faculdade Porto-Alegrense de Educação, nº 27, 2000.

_____. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências & Letras*. Porto Alegre : Faculdade Porto-Alegrense de Educação, nº 31, 2002.

BERTOLETTI, Esther Caldas. *Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo*. São Paulo : Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo : Cia. das Letras, 1994.

BRANDÃO, Elieusa Guedes. *Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade: uma experiência que deu certo*. São Paulo : Centro Cultural Justiça Federal, Conselho da Justiça Federal, 2001.

CAMARGO, Ana Maria. Política arquivística e historiografia no Judiciário. Palestra proferida no I Seminário de Política de Memória Institucional e Historiografia. Porto Alegre : *Justiça & História*, Vol. 3, nº 5, 2003, Memorial do Judiciário do RS, Tribunal de Justiça do Estado do RS, pp. 327-334.

_____. Sobre o valor histórico dos documentos. Relatório de consultoria apresentado à Comissão Interdisciplinar de Gestão Documental do Conselho da Justiça Federal. Brasília, DF : dat., outubro de 2001; *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro (SP), nº 1, 2003, págs. 11-17.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias Silenciadas. História da cesura no Brasil*. São Paulo : Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2002.

CHALOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo : Ed. Cia. das Letras, 1995.

CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo : Ediciones Santillana/Fundación Bank Boston, 2001.

CRITÉRIOS para eliminação dos processos da Justiça Federal estão disponíveis para consulta. Superior Tribunal de Justiça, 10 de abril de 2003.

DARNTON, Robert. *Vandalismo em Bagdá*. São Paulo : Folha de São Paulo, Caderno Mais, 4 de maio de 2003, págs. 10 e 11.

FACCHINI NETO, Eugênio. *Parecer da Comissão de Seleção e Avaliação de Processos*. Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, dat., 21 de março de 2003.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro : Ed. Record, 2001.

FONTINELE, Isadalva Rabelo & DOMINGUES, José Marques. *Prescrição, decadência e temporalidade da guarda de autos findos*. São Paulo : Centro Cultural Justiça Federal, Conselho da Justiça Federal, 2001.

GOMES, Júlio César Gomes et alli. *Destinação final dos documentos do Poder Judiciário Estadual brasileiro*. Huerta Grande (Argentina) : V Congresso de Arquivologia do Mercosul, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas : Ed. Unicamp, 1990.

LOPES, Luiz Carlos. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. *Ciências & Letras*. Porto Alegre : Faculdade Porto-Alegrense de Educação, nº 31, 2002.

MIRANDA, Eliane. *A Divisão de Documentação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Anais do Seminário Política de Memória Institucional e Historiografia. Porto Alegre : Memorial do Judiciário do RS, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. São Paulo : Revista *Projeto História*, vol 10, dez 1993, pág. 7-28.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 2002.

SORDI, Neide Alves Dias de & MARQUES, Miriam Gestão documental da Justiça Federal. http://www.cjf.gov.br/Pages/Sen/eventos/forum_arquivo/textos/Neide.doc., 2003.

TEDESCO, José Eugênio. Os arquivos judiciais e o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. Porto Alegre : Memorial do Judiciário do RS, Tribunal de Justiça do Estado do RS, *Justiça & História*, Vol. 3, nº 6, 2003, pp. 299 a 313.

VALETTE, Jean-Jacques. *O papel dos arquivos na administração e na política de planificação dos países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1973.

VILLAR, Ruth Lima. *A organização do arquivo histórico*. São Paulo : Centro Cultural Justiça Federal, Conselho da Justiça Federal, 2001.